

INFORMATIVO CÂMARA TRANSPARENTE

INFORMATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO | JUNHO | 2026

PLENÁRIO APROVA PROGRAMA “NOVOS PASSOS” PARA REEDUCAÇÃO DE AGRESSORES

[Página 11]



Fotos: CMC

Semana de Combate à
Diabetes e Programa ABC
Diabetes avançam.
(Página 04)

Comissões iniciam análise
da LDO 2027 e de projetos do
planejamento orçamentário.
(Página 05)

Palestra na Câmara reúne
autoridades para discutir os
desafios da
gestão municipal.
(Página 12)

EDITORIAL

Caro leitor!

A edição de junho do Informe Câmara reúne os principais acontecimentos legislativos do mês, marcado pela intensa atuação das comissões permanentes, pela aprovação de projetos de interesse público em plenário e pelo avanço de propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas em Colombo.

Ao longo do mês, as comissões permanentes deram continuidade à análise técnica de projetos dos Poderes Executivo e Legislativo, apreciando matérias relacionadas à saúde, educação, direitos humanos, cultura, igualdade racial, segurança pública, planejamento orçamentário e administração municipal. Entre os destaques estiveram a tramitação do Conselho Municipal de Direitos Humanos, dos Planos Municipais de Cultura e de Igualdade Racial, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027, além de propostas como o Programa ABC Diabetes, a filiação do município à UNDIME/PR e alterações nas atribuições da Guarda Municipal.

Nas sessões ordinárias, os vereadores aprovaram importantes iniciativas voltadas ao fortalecimento dos serviços públicos e da cidadania. Entre elas, destacam-se o Programa Municipal de Responsabilização e Reeducação do Agressor – “Novos Passos”, a criação da Semana de Orientação e Combate à Diabetes, a declaração de utilidade pública da Associação dos Autistas de Colombo (AAC), alterações na legislação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a abertura de créditos adicionais ao orçamento municipal e projetos de denominação de próprios públicos e logradouros.

O período também foi marcado por importantes debates promovidos pela Câmara, como a palestra sobre políticas públicas e os desafios da administração municipal, além do trabalho do grupo de estudos responsável pela análise técnica da minuta do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Magistério Público Municipal. Essas iniciativas reforçam o compromisso do Legislativo com o aprimoramento da gestão pública e a qualificação das políticas municipais.

Junho também foi um mês de reconhecimento e homenagem. O Plenário aprovou a concessão do Título de Cidadão Honorário ao médico Dr. Antoninho Barth e, após seu falecimento, a Câmara prestou homenagens à sua trajetória de dedicação à saúde pública e ao município. Além disso, foram registrados votos de congratulações e de pesar, reconhecendo cidadãos, profissionais e instituições que contribuem para o desenvolvimento de Colombo.

A Câmara Municipal de Colombo segue atuando com responsabilidade, transparência e compromisso com a população, fortalecendo o processo legislativo, acompanhando as demandas da comunidade e contribuindo para a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do município.

Boa leitura!

Câmara Municipal

Rua Francisco Busato, 8005 - Centro

Colombo - Paraná - 83414-290 Fone/Fax (41) 3656-8200

Anexo da Câmara

Rua Francisco Busato, 8026 - Centro - Colombo - Paraná

Horário de expediente:

De segunda a sexta-feira das 8h às 17 horas

e-mail: camaracolombo@onda.com.br

Site da Câmara: www.camaracolombo.pr.gov.br

CCJ aprova Programa ABC Diabetes e projeto de utilidade pública para Associação dos Autistas

Comissão também analisou propostas sobre educação, trânsito, denominação de espaços públicos e organização administrativa.



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Colombo realizou, na manhã de segunda-feira (1º), mais uma reunião para análise de projetos dos Poderes Executivo e Legislativo. O encontro foi presidido pelo vereador Zé Arcie (PL) e contou com a participação dos demais membros do colegiado.

Entre as matérias aprovadas, estão o Projeto de Lei do Legislativo nº 1190/2026, de autoria do vereador Pastor Hélio Feitosa (PL), que institui o Programa “ABC Diabetes” no município; o Projeto de Lei nº 1193/2026, também de autoria do parlamentar, que declara de utilidade pública a Associação dos Autistas de Colombo (AAC); e o Projeto de Lei nº 1194/2026, do vereador Maicon Martins (PP), que denomina a Unidade Básica de Saúde do bairro São Gabriel como “Osmar Bazilio Mendes”.

A comissão também analisou o Projeto de Lei do Legislativo nº 1192/2026, de iniciativa da Mesa Diretiva, que promove alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Legislativo. A matéria recebeu pedido de diligência para complementação da análise.

Durante a reunião, foi definida a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2026, de autoria do vereador Professor Roger (Podemos), que concede o Título de Cidadão Honorário do município ao Doutor Antoninho Barth. Além disso, o colegiado recebeu novos projetos do Poder Executivo, entre eles a proposta que autoriza a filiação do município à União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME/PR) e a matéria que amplia as atribuições da Guarda Municipal na atuação como agente da autoridade de trânsito.

Também foi protocolado o Projeto de Lei do Legislativo nº 1196/2026, do vereador Ademar Costa (União), que denomina a Travessa Professora Dilcelia Aparecida Pereira. Além da análise das proposições, a CCJ deliberou 40 protocolos de indicações apresentados pelos vereadores, permitindo o prosseguimento da tramitação da maior parte das matérias.

Comissões avançam na análise de projetos sobre direitos humanos, educação e combate à diabetes

Colegiados definiram relatorias para propostas do Executivo e aprovaram projeto voltado à conscientização e prevenção da diabetes no município.

As comissões permanentes da Câmara Municipal de Colombo realizaram, na manhã de segunda-feira (1º), reuniões para dar andamento à tramitação de projetos dos Poderes Executivo e Legislativo. As pautas abordaram temas ligados aos direitos humanos, educação e saúde pública.

Em reunião conjunta, as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Defesa do Cidadão e Segurança Pública designaram o vereador Evandro França (PSD) como relator do Projeto de Lei do Executivo nº 20/2026, que institui o Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH) no município de Colombo. A proposta seguirá para análise dos colegiados antes de ser apreciada pelo Plenário.

Também em reunião conjunta, as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Saúde e Bem-Estar Social definiram o vereador Zé Arcie (PL) como relator do Projeto de Lei do Executivo nº 18/2026, que altera a denominação de unidades escolares da rede municipal de ensino.

Já a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social aprovou o Projeto de Lei do Legislativo que institui a Semana de Orientação e Combate à Diabetes no município de Colombo. A proposta, de autoria do vereador Bruno Dias (PSB), recebeu parecer favorável do relator, vereador Pastor Hélio Feitosa (PL), e segue para as próximas etapas de tramitação legislativa.

Câmara de Colombo aprova projetos sobre habitação e cria Semana de Orientação e Combate à Diabetes

Sessão também contou com a divulgação de propostas voltadas à cultura, igualdade racial, orçamento municipal e apresentação de indicações parlamentares.



A Câmara Municipal de Colombo realizou, na terça-feira (2), a primeira sessão ordinária do mês de junho, com a apreciação de projetos dos Poderes Executivo e Legislativo voltados às áreas de habitação, saúde e inclusão social. A reunião foi presidida pelo presidente da Casa, vereador Joel Bueno (PSD).

Em primeira votação, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei do Executivo nº 9/2026, que altera dispositivos da legislação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e do seu Conselho Gestor. Também foram aprovados, em

primeiro turno, o Projeto de Lei do Legislativo nº 1187/2026, de autoria do vereador Bruno Dias (PSB), que institui a Semana de Orientação e Combate à Diabetes no município, e o Projeto de Lei nº 1193/2026, do vereador Pastor Hélio Feitosa (PL), que declara de utilidade pública a Associação dos Autistas de Colombo (AAC).

Durante a sessão, também foram divulgadas emendas aos projetos que instituem o Programa “ABC Diabetes” e que denomina a Unidade Básica de Saúde do bairro São Gabriel como “Osmar Bazilio Mendes”. O plenário ainda recebeu novos projetos encaminhados pelo Poder Executivo, entre eles as propostas que instituem o Plano

Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Igualdade Racial para o período de 2026 a 2035, além da abertura de créditos adicionais ao orçamento municipal.

No Pequeno Expediente, o vereador Bruno Dias (PSB) destacou a parceria entre a OAB – Subseção Colombo e a Câmara Municipal, ressaltando a importância da aproximação entre as instituições em benefício da comunidade. Ao todo, 37 indicações parlamentares com sugestões de melhorias para diferentes regiões de Colombo foram apresentadas e encaminhadas para análise do Poder Executivo.

Comissão de Finanças inicia análise da LDO 2027 e de projetos orçamentários

Colegiado definiu relatorias para propostas que tratam das diretrizes orçamentárias, do Plano Plurianual e da abertura de créditos adicionais ao orçamento municipal.

A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Colombo realizou, na manhã de quarta-feira (3), reunião para dar andamento à tramitação de três projetos encaminhados pelo Poder Executivo, todos relacionados ao planejamento e à gestão orçamentária do município.

Durante o encontro, o vereador Professor Roger (Podemos) foi designado relator do Projeto de Lei do Executivo nº 15/2026, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Colombo para o exercício de 2027. O parlamentar também assumiu a relatoria do Projeto de Lei do Executivo nº 16/2026, que promove alterações nos anexos do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, adequando normas, objetivos e metas da administração municipal.

Além disso, ficou responsável pela análise do Projeto de Lei do Executivo nº 26/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional especial e suplementar ao orçamento vigente para atender demandas da administração pública municipal. As matérias seguem em tramitação e retornarão às comissões para análise e emissão de parecer antes de serem encaminhadas ao Plenário da Câmara para votação.



CCJ aprova Título de Cidadão Honorário e avança na análise dos planos de Cultura e Igualdade Racial

| *Comissões também deram andamento a projetos sobre a estrutura administrativa da Câmara.*



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Colombo realizaram, na manhã de segunda-feira (8), reuniões para dar continuidade à tramitação de projetos dos Poderes Legislativo e Executivo.

Na CCJ, foram aprovados o Projeto de Lei do Legislativo nº 1192/2026, de iniciativa da Mesa Diretiva, que promove alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2026, de autoria do vereador Professor Roger [Podemos], que concede o Título de Cidadão Honorário do município ao Doutor Antoninho Barth.

O colegiado também recebeu o Projeto de Lei do Executivo nº 24/2026, que institui o Plano Municipal de Cultura para o

período de 2026 a 2035, e o Projeto de Lei do Executivo nº 25/2026, que cria o Plano Municipal de Igualdade Racial para o mesmo período. As duas propostas foram encaminhadas ao Departamento Jurídico para emissão de parecer técnico, etapa necessária para o prosseguimento da tramitação. Além da análise das matérias, a CCJ deliberou 40 protocolos de indicações parlamentares, permitindo o avanço da maior parte das proposições apresentadas pelos vereadores.

Já a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento analisou o Projeto de Lei do Executivo nº 26/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional especial e suplementar ao orçamento municipal. A matéria, que tramita em regime de urgência na Casa Legislativa, segue em análise para posterior apreciação pelo Plenário.

Comissões da Câmara de Colombo aprovam programa de reeducação de agressores e avançam em projetos do Executivo

Reunião conjunta também analisou proposta voltada à proteção social e contou com presença de parlamentares de diferentes comissões.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na tarde de terça-feira (9), reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Educação, Saúde e Bem-Estar Social,

Urbanismo, Obras e Serviços Públicos e Transportes e Defesa do Cidadão e Segurança Pública para análise de proposição do Poder Executivo Municipal. O encontro foi presidido pelo vereador Zé Arcie (PL) e contou com a presença dos demais membros dos colegiados.

Por unanimidade, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 14/2026, que institui o Programa Municipal de Responsabilização e Reeducação do Agressor – “Novos Passos”. A proposta estabelece a coordenação pela Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos e prevê a atuação integrada da rede intersetorial no atendimento e acompanhamento das situações previstas. O relator da matéria, vereador Professor Roger (Podemos), exarou parecer favorável à tramitação da proposta, que segue para as próximas etapas no Legislativo municipal.

Câmara de Colombo aprova projetos sobre habitação, saúde e assistência social na 18ª sessão ordinária

Plenário também deliberou matérias orçamentárias, homenagens e propostas voltadas à estrutura administrativa e inclusão social.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na tarde de terça-feira (9), a 18ª sessão ordinária de 2026, com a participação de todos os vereadores da 19ª Legislatura (2025-2028). A reunião foi conduzida pelo presidente da Casa de Leis, vereador Joel Bueno (PSD).

Em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 9/2026, que altera a legislação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e do Conselho Gestor do Fundo.

Também em turno definitivo, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei do Legislativo nº 1187/2026, de autoria do vereador Bruno Dias (PSB), que institui a Semana de Orientação e Combate à Diabetes no município, e o Projeto de Lei nº 1193/2026, do vereador Pastor Hélio Feitosa (PL), que declara de utilidade pública a Associação dos Autistas de Colombo (AAC).

Em primeira votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 26/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional especial e suplementar ao orçamento municipal, além do Projeto de Lei Complementar nº 1192/2026, que altera o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Legislativo.

Outra matéria aprovada foi o Projeto de Lei do Legislativo nº 1194/2026, de autoria do vereador Maicon Martins (PP), que denomina a Unidade Básica de Saúde do bairro São Gabriel como “Osmar Bazilio Mendes”. Em votação única e por unanimidade, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2026, que concede o Título de Cidadão Honorário do município ao Doutor Antoninho Barth. Durante a sessão, também foi divulgado o Projeto de Lei do Executivo nº 23/2026, que promove adequações na legislação municipal referente às parcerias com organizações da sociedade civil.

Ao todo, 34 indicações parlamentares foram apresentadas e encaminhadas ao Executivo Municipal para análise e possíveis providências. No espaço da Tribuna Livre, o sacerdote Adriano Siqueira abordou temas relacionados à intolerância religiosa, liberdade de fé e direitos dos povos tradicionais de terreiro.

CCJ analisa projetos de denominação de logradouro e adequação de legislação municipal em Colombo

| Comissão também deliberou indicações parlamentares e recebeu projeto do Executivo para análise jurídica.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Colombo realizou, na manhã de segunda-feira (15), sua reunião semanal para análise de projetos de lei do Poder Executivo e do Legislativo, além da deliberação de indicações parlamentares. O encontro foi presidido pelo vereador Zé Arcie (PL) e contou com a presença dos vereadores Ratinho Gotardo (PSD), Anderson Prego (PT), Ney Marcelino (Podemos), Maicon Martins (PP) e Ademar Costa (União).

Durante a reunião, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 17/2026, que dispõe sobre a denominação de próprio público municipal. O vereador Anderson Prego (PT) exarou parecer favorável à tramitação da proposta. Também foi designado o vereador Ney Marcelino (Podemos) como relator do Projeto de Lei do Legislativo nº 1196/2026, de autoria do vereador Ademar Costa (União), que denomina a Travessa “Professora Dilcelia Aparecida Pereira”.

O colegiado ainda recebeu o Projeto de Lei do Executivo nº 23/2026, que promove adequações na legislação municipal conforme a Lei Federal nº 13.019/2014. A

matéria será encaminhada ao Departamento Jurídico para emissão de parecer técnico. Além da análise das proposições, a CCJ deliberou 40 protocolos de indicações apresentados pelos vereadores, com sugestões voltadas a melhorias em diferentes áreas do município.



Câmara de Colombo inicia análise técnica do novo PCCR da Educação em grupo de estudos do Legislativo

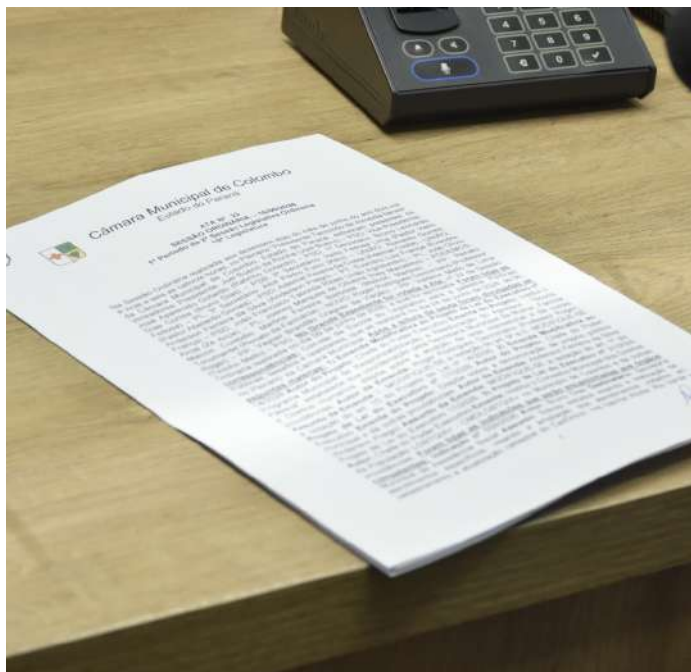
| Parlamentares discutem proposta de valorização do magistério e fazem contribuições à minuta do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na tarde de segunda-feira (15), reunião do grupo de estudos do Legislativo para análise da minuta do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Magistério Público Municipal. O encontro reuniu vereadores para avaliação técnica da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, com foco no aperfeiçoamento do texto que trata da valorização dos profissionais da Educação e da reorganização da estrutura funcional da rede municipal.

Durante a reunião, os parlamentares analisaram pontos do projeto e apresentaram sugestões de ajustes, dentro do processo de debate que antecede o envio da matéria para tramitação e votação na Casa de Leis. O grupo de estudos seguirá com novas reuniões nos próximos dias, dando continuidade à análise detalhada da minuta do PCCR, que integra o conjunto de propostas de atualização administrativa do município.

Comissões analisam projeto de filiação à UNDIME e avançam em pautas de educação, saúde e tributação em Colombo

Colegiados também definiram relatorias para propostas do Executivo e do Legislativo em diferentes áreas da administração municipal.



As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Educação, Saúde e Bem-Estar Social e Economia, Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Colombo realizaram, entre terça-feira (16) e quarta-feira (17), reuniões para análise de proposições encaminhadas pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Na reunião conjunta da CCJ com a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, o vereador Maicon Martins (PP) foi designado relator do Projeto de Lei do Executivo nº 12/2026, que autoriza a filiação do município de Colombo à União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME/PR). A reunião foi presidida pelo vereador Zé Arcie (PL).

Já na reunião conjunta da CCJ com a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, o vereador Tininho Mello (PSD) ficou responsável pela relatoria do Projeto de Lei Complementar nº 1195/2026, que trata da possibilidade de parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento no município. A matéria é de autoria do vereador João Agrolombo (PL).

Na manhã de quarta-feira (17), a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, em conjunto com a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, definiu o vereador Bruno Dias (PSB) como relator do Projeto de Lei do Legislativo nº 1190/2026, que institui o Programa “ABC Diabetes” em Colombo. As reuniões reforçam o trabalho técnico das comissões permanentes na análise e encaminhamento das proposições que seguem em tramitação no Legislativo municipal.

Câmara de Colombo aprova abertura de crédito adicional e denominação da UBS “Osmar Bazilio Mendes” na 19ª sessão ordinária

Plenário também analisou projetos do Executivo, alterações em propostas em tramitação e apresentou indicações parlamentares.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na terça-feira (16), a 19ª sessão ordinária de 2026, no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Legislativo no YouTube. Todos os parlamentares estiveram presentes na reunião.

Em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 26/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional especial e suplementar ao orçamento municipal,

totalizando mais de R\$ 5,6 milhões. Também em turno definitivo, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 1194/2026, de autoria do vereador Maicon Martins (PP), que denomina a Unidade Básica de Saúde do bairro São Gabriel como “Osmar Bazilio Mendes”.

Outra matéria aprovada em segundo turno foi o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 1192/2026, de iniciativa da Mesa Diretiva, que altera o Plano de Cargos,

Carreiras e Vencimentos dos servidores do Legislativo municipal. Durante a sessão, foram divulgadas emendas aos Projetos de Lei do Executivo nº 14/2026 e nº 17/2026, além do Projeto de Lei do Executivo nº 21/2026, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ (CMDLGBTQIA+).

Ao todo, 31 indicações parlamentares foram apresentadas e encaminhadas ao Executivo Municipal para análise e possíveis providências. No espaço de Votos de Congratulações, o vereador Maicon Martins (PP) homenageou o jornalista e cerimonialista da Prefeitura de Colombo, Osni Basílio Mendes, em reconhecimento à sua atuação profissional.



Comissões aprovam criação do Conselho Municipal de Direitos Humanos e analisam projetos do Executivo em Colombo

Reuniões também trataram de alteração em legislação municipal, relatorias de projetos e deliberação de indicações parlamentares.



As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Educação, Saúde e Bem-Estar Social e Defesa do Cidadão e Segurança Pública da Câmara Municipal de Colombo realizaram, na manhã de segunda-feira [22], reuniões para análise e deliberação de proposições do Poder Executivo e do Legislativo.

Na reunião da CCJ, presidida pelo vereador Zé Arcie (PL), os parlamentares analisaram 30 protocolos de indicações em tramitação na Casa. A maior parte recebeu parecer favorável, enquanto algumas matérias foram encaminhadas com parecer contrário ou em diligência. A sessão contou com transmissão ao vivo pelo canal oficial da Câmara no YouTube.

Também na CCJ, o vereador Maicon Martins (PP) ficou com a relatoria do Projeto de Lei do Executivo nº 23/2026, que

altera a Lei Municipal nº 904/2005 para adequação às disposições da Lei Federal nº 13.019/2014. Em reunião conjunta da CCJ com a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, os parlamentares trataram da mesma proposição, reforçando a análise técnica da matéria em tramitação no Legislativo.

Já na reunião conjunta da CCJ com a Comissão de Defesa do Cidadão e Segurança Pública, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 20/2026, que institui o Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH) no município de Colombo. O vereador Evandro França (PSD) é o relator da proposta. As reuniões reforçam o trabalho técnico das comissões permanentes na análise e encaminhamento das matérias legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Comissões analisam Plano de Igualdade Racial e alterações nas atribuições da Guarda Municipal em Colombo

Reuniões também trataram de projetos do Executivo em áreas de políticas públicas e segurança, com definição de relatorias pelos colegiados.

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Defesa do Cidadão e Segurança Pública e Urbanismo, Obras e Serviços Públicos e Transportes da Câmara Municipal de Colombo realizaram, na tarde de terça-feira (23), reuniões para análise de proposições encaminhadas pelo Poder Executivo Municipal.

Na reunião presidida pelo vereador Zé Arcie (PL), os parlamentares trataram do Projeto de Lei do Executivo nº 25/2026, que institui o Plano Municipal de Igualdade Racial de Colombo para o decênio 2026–2035, estabelecendo diretrizes, objetivos e mecanismos de execução e

monitoramento. O vereador Ademar Costa (União) ficou responsável pela relatoria da matéria.

Também foi analisado o Projeto de Lei do Executivo nº 22/2026, que altera a legislação municipal para ampliar as atribuições da Guarda Municipal, incluindo atuação como Agente da Autoridade Municipal de Trânsito. O vereador Pastor Helio Feitosa (PL) foi designado relator da proposta. As reuniões reforçam o trabalho técnico das comissões permanentes na análise e encaminhamento das proposições que seguem em tramitação no Legislativo municipal.

Câmara de Colombo aprova programa de reeducação de agressores e altera denominação de unidades escolares na 20ª sessão ordinária

Plenário também analisou projetos do Executivo, emendas parlamentares e recebeu indicações voltadas a melhorias no município.

Os parlamentares da Câmara Municipal de Colombo realizaram, na terça-feira (23), a 20ª sessão ordinária de 2026, no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves. Todos os vereadores estiveram presentes na reunião.

Em primeira votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 14/2026 e Emenda Modificativa, que institui o Programa Municipal de Responsabilização e Reeducação do Agressor – “Novos Passos”, voltado ao enfrentamento de situações de violência, com coordenação da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Também em primeiro turno, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 17/2026 e Emenda Modificativa, que trata da denominação de próprio público municipal, além do Projeto de Lei do Executivo nº 18/2026, que altera a denominação de unidades escolares da rede municipal de ensino de Colombo. Durante a sessão, foi divulgada a Emenda



Supressiva ao Projeto de Lei do Executivo nº 20/2026, que institui o Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH).

Ao todo, foram apresentadas 17 indicações parlamentares, encaminhadas ao Executivo Municipal para análise e possíveis providências. No espaço da Tribuna Livre, a presidente do Instituto Mentes e Cores, Adriana Pereira dos Santos, apresentou as ações desenvolvidas pela instituição em prol da inclusão e do fortalecimento social no município.

Câmara de Colombo lamenta falecimento do ex-vereador e ex-secretário de Saúde Dr. Antoninho Barth

Ex-parlamentar teve trajetória marcada pela atuação na saúde pública e pelo serviço prestado à população colombense.

Com pesar, a Câmara Municipal de Colombo informou o falecimento do ex-vereador Dr. Antoninho Barth, ocorrido na quinta-feira [25], aos 81 anos. Dr. Antoninho exerceu mandato na 13ª Legislatura (2001–2004) e voltou a ocupar cadeira no Legislativo no período de 2017 a 2020. No mesmo biênio de seu primeiro mandato, atuou como terceiro secretário da Mesa Diretiva. Em 2017, licenciou-se

do cargo de vereador para assumir a Secretaria Municipal de Saúde de Colombo.

Reconhecido como referência na saúde pública do município, dedicou décadas ao atendimento da população colombense, com atuação marcada pelo compromisso com o serviço público e pela atenção humanizada aos cidadãos. A Câmara Municipal de Colombo manifesta condolências à família, amigos e à comunidade colombense neste momento de luto.

Câmara de Colombo promove palestra sobre políticas públicas e desafios da administração municipal

Evento reuniu autoridades, servidores e vereadores para debate sobre gestão pública e fortalecimento das políticas públicas no município.



A Câmara Municipal de Colombo realizou, na manhã de quarta-feira [24], no Plenário Presidente Tancredo de Almeida Neves, uma palestra com o tema “Políticas Públicas: Desafios e Realidades”, promovendo reflexão e diálogo sobre a administração pública e o aprimoramento da gestão municipal.

O evento contou com a presença das secretárias municipais Marilda Zanoni (Saúde), Gecielle de Souza Schena (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Joyci Oliveira (Turismo), além dos vereadores Ney Marcelino (Podemos), Pastor Hélio Feitosa (PL), Pastor Abelardo (PSD), Ademar Costa (União) e Professor Roger (Podemos). A palestra foi ministrada pelo Prof. Dr. Cícero Manoel Bezerra, que abordou

temas relacionados ao fortalecimento da atuação parlamentar, modernização da gestão pública e estratégias voltadas à melhoria dos serviços oferecidos à população.

Durante sua apresentação, o palestrante destacou a importância da continuidade das políticas públicas e da implementação de ações baseadas em planejamento e informação, ressaltando que esses instrumentos são fundamentais para a obtenção de resultados consistentes na administração pública. O encontro reuniu servidores da Casa, vereadores, assessores e representantes da comunidade, promovendo um espaço de troca de experiências e reflexão sobre a qualificação da gestão pública municipal.

CCJ aprova projeto que denomina Travessa Professora Dilcelia Aparecida Pereira e analisa 39 indicações

Comissão também deliberou atas de reuniões anteriores e deu andamento à tramitação de propostas apresentadas pelos vereadores.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Colombo realizou reunião na manhã desta segunda-feira (29) para analisar matérias em tramitação no Legislativo. Durante o encontro, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei do Legislativo nº 1.196/2026, de autoria do vereador Ademar Costa (União), que denomina um logradouro público como **Travessa Professora Dilcelia Aparecida Pereira**. A relatoria da proposta ficou a cargo do vereador Ney Marcelino (Podemos), que apresentou

parecer favorável com emenda modificativa, aprovado por unanimidade.

Além da análise do projeto, a comissão aprovou cinco atas de reuniões realizadas ao longo do mês de junho e deliberou 39 protocolos de indicações apresentados pelos parlamentares. A maior parte das proposições recebeu parecer favorável, permitindo o prosseguimento da tramitação. Também foram emitidos pareceres contrários em casos de matérias semelhantes a legislações ou propostas já existentes, além de ajustes de redação em indicações relacionadas à identificação de unidades de saúde do município.

Programa Novos Passos e criação do Conselho avançam em sessão da Câmara de Colombo

Plenário também aprovou projetos de denominação, apresentou indicações e debateu políticas públicas voltadas à juventude.

A Câmara Municipal de Colombo realizou, na tarde desta terça-feira (30), mais uma sessão ordinária marcada pela aprovação de projetos de interesse público e pela apresentação de demandas da comunidade. Entre os destaques, o Plenário aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei do Executivo nº 14/2026, que institui o Programa Municipal de Responsabilização e Reeducação do Agressor – “**Novos Passos**”, além dos Projetos de Lei nº 17/2026, sobre denominação de próprio público, e nº 18/2026, que altera a denominação de unidades escolares da rede municipal.

Em primeira votação, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei do Executivo nº 20/2026, que institui o Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH), com emenda supressiva, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 1196/2026, de autoria do vereador Ademar Costa (União), que denomina a **Travessa Professora Dilcelia Aparecida Pereira**.

Durante a sessão, também foi divulgado o Projeto de Lei do Legislativo nº 1198/2026, de autoria coletiva, que propõe denominar a UPA do Alto Maracanã em homenagem ao médico **Dr. Antoninho Barth**. Os parlamentares ainda



apresentaram 31 indicações encaminhadas ao Executivo, contemplando demandas em áreas como saúde, mobilidade, esporte e infraestrutura. A sessão também registrou votos de congratulações e de pesar, reconhecendo cidadãos e instituições pelo trabalho prestado à comunidade.

Na Tribuna Livre, o padre Francisco Maria de Oliveira abordou o tema “**Juventude**”, destacando a importância de políticas públicas voltadas aos jovens e do fortalecimento de ações de acolhimento e formação no município.